

CRESCIMENTO URBANO E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO 1

Sylvio Bandeira de Mello e Silva*

RESUMO

A primeira parte deste trabalho aborda os aspectos conceituais do crescimento/desenvolvimento urbano contemporâneo. A segunda parte analisa as interações do crescimento urbano com a organização espacial e a terceira e última apresenta as perspectivas a médio prazo para a discussão destes temas. O autor ressalta a importância de se trabalhar com o conceito de desenvolvimento urbano associado às dinâmicas mudanças estruturais, econômico-sociais e político-institucionais; analisa a evolução das questões ligadas à regionalização funcional urbana, em uma perspectiva nacional e internacional. Concluindo, o autor dá ênfase à intensificação da integração dos sistemas urbanos em escala mundial, o que coloca novos desafios teóricos e aplicados.

O tema deste trabalho merece, inicialmente, alguns comentários de caráter geral. Antes de mais nada, sua importância deve ser destacada à medida que direciona as discussões para as questões do crescimento urbano e suas repercussões projetadas no espaço geográfico, na mobilidade populacional, no bem-estar social e no desenvolvimento econômico. Isto implica valorizar um componente analítico dos fenômenos geográficos, demográficos, sociais e econômicos que merece, a meu ver, maior atenção no Brasil. Com efeito, comparativamente aos componentes estruturais e conjunturais, também utilizados nas análises das áreas de conhecimento já mencionadas, o crescimento é, na maioria das vezes, o componente que recebe menor atenção em termos es-

* Professor Titular do Departamento de Geografia (Instituto de Geociências) e do Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da UFBA.

pecíficos e em termos de suas amplas repercussões. Das áreas apontadas, talvez isto seja bem mais evidente na Geografia e na Sociologia e menos na Demografia e na Economia.

Em minha área de atuação, a Geografia, por exemplo, tem havido uma grande preocupação, até certo ponto compreensível, em direcionar a natureza de suas análises às questões de estruturação espacial nas quais se inserem os estudos do crescimento e a abordagem dos aspectos conjunturais. Assim, quase sempre as questões dinâmicas são dependentes da explanação estrutural da realidade atual. É bem menos freqüente partir da ótica do crescimento, do movimento, para chegar aos temas estruturais e conjunturais.

Por outro lado, particularmente também na Geografia, o crescimento é analisado em uma determinada escala temporal que raramente abrange um longo período. São bastante comuns, por exemplo, as análises detalhadas que se adaptam ao período de cobertura dos dados censitários completando-se as questões mais recentes com a obtenção de informações no campo. A "síndrome" de 1940 a 1980 (ou até 1985) , com atualizações diretas, englobando os "sintomas" demográficos, econômicos e espaciais, é, portanto, uma presença efetiva em inúmeros trabalhos geográficos brasileiros. Com isto, em geral não são analisados os elementos anteriores a 1940 , muitas vezes relevantes, e as dinâmicas tendências do crescimento quase sempre não são projetadas a médio prazo. O longo prazo talvez deva ser mesmo evitado, tomando-se em consideração a afirmativa do economista Keynes de que nele estaremos todos mortos...

A menor energia gasta em análises mais recuadas e na projeção das tendências de dinamismo atual com suas repercussões reflete, certamente, dentre outros aspectos, uma certa insegurança quanto aos aspectos teórico-conceituais e metodológicos que envolvem estas questões. Portanto a ênfase sobre o crescimento merece aplausos à medida que valoriza a discussão de um componente analítico que, apesar de sua relevância, não tem obtido a devida atenção. Isto é particularmente sentido quando se estuda justamente a questão do crescimento urbano, já que efetivamente é enorme, em termos gerais, o dinamismo das cidades, e são profundas as suas repercussões no espaço geográfico, na economia e na sociedade.

Tentando ser coerente com o que já foi exposto, pretendo abordar o tema **crescimento urbano e organização do espa-**

ço geográfico através da seguinte questão básica : como o crescimento das cidades tem afetado a estrutura organizacional do espaço e que tendências a médio prazo podem ser percebidas? Esta questão será tratada em três partes : a primeira abordará os aspectos gerais do crescimento/desenvolvimento urbano contemporâneo ; a segunda, as relações do crescimento urbano com a organização espacial; a terceira e última, as perspectivas a médio prazo para estes temas.

1. CRESCIMENTO URBANO/ DESENVOLVIMENTO URBANO

Considero fundamental a discussão inicial sobre a diferenciação básica entre o crescimento urbano e desenvolvimento urbano, levando em conta sua importância para os aspectos analíticos, prospectivos e normativos. Tomando como pressuposto básico a efetiva associação entre o econômico-social e o espacial, creio que é possível propor uma distinção entre esses dois conceitos a partir das teorias do crescimento e do desenvolvimento, vistos de uma forma bastante abrangente. Sem esta preocupação teórico-conceitual de saída, creio que as abordagens poderiam restringir a ampla compreensão da temática.

As teorias do crescimento (a teoria da base de exportação e os modelos de crescimento, por exemplo) assumem a estrutura econômico-social como um dado e direcionam, a curto prazo, as mudanças de determinada situação para uma outra. O objetivo é sempre o de maximizar as taxas de crescimento econômico, setoriais e/ou globais. As teorias do desenvolvimento (a teoria da dependência e os modelos de desenvolvimento, por exemplo) direcionam as mudanças estruturais econômico-sociais a médio e longo prazo. O objetivo é o de transformar a estrutura econômico-social, repercutindo no aumento geral do bem-estar de toda a sociedade.

Uma definição de Hermansen, apoiado nos trabalhos de Schumpeter e de Hägerstrand, sobre desenvolvimento nos ajudará a melhor encaminhar a compreensão desta distinção. Para ele, o desenvolvimento corresponde à " *introdução e difusão de sucessivas ondas de inovações nos aspectos funcionais, quer dizer, econômico, social, cultural e institucional, e no espaço geográfico. Estas ondas de inovações são os mecanismos que ocasionam o crescimento econômico e a mudança estrutural nos vários espaços, a característica pela qual os processos de desenvolvimento são usualmente definidos. O termo inovação é aqui usado num senso muito geral, incluindo não somente as aplicações prá-*

ticas do conhecimento técnico na produção, mas também a substituição de velhas formas, tradições e maneiras de fazer coisas nos espaços funcionais acima citados, a introdução de novas especialidades na produção e consumo e a emergência de novas indústrias, novos tipos de organização social e industrial, etc”².

Em nossos dias e para nossa realidade, penso que é melhor falar em desenvolvimento como sinônimo de introdução de mudanças estruturais nos espaços funcionais e nos espaços geográficos, repercutindo favoravelmente no bem-estar geral da comunidade. Assim, as mudanças estruturais é que devem prioritariamente ser entendidas como as verdadeiras inovações, e não o contrário, ou seja, conceber que as inovações, em termos abrangentes, é que causam as mudanças estruturais. Esta colocação estruturalmente integrada do desenvolvimento adapta-se bem à perspectiva espacial, incluindo-se nela a questão urbana, e por isso pode, a meu ver, servir como orientação tanto na implementação de análises, como na formulação de perspectivas e estratégias de intervenção.

Assim, como decorrência lógica, o conceito de crescimento urbano deve ser associado sobretudo ao crescimento em tamanho e/ou em número dos centros urbanos e em suas funções, devendo ser especificadas as mensurações. Portanto há uma correspondência com a idéia da expansão urbana, com suas repercussões nos padrões de povoamento e organização de uma determinada sociedade. Já a noção de desenvolvimento urbano deve ser associada às dinâmicas mudanças estruturais, econômico-sociais e político-institucionais que se processam no espaço urbano e nos espaços sob influência das cidades, repercutindo na melhoria dos padrões de vida de toda a população. As medidas indicadoras deste processo devem ser também especificadas.

Penso que a distinção feita é importante no sentido de se trabalhar com categorias de análises apropriadas e de formulação de perspectivas adequadas. Em outras palavras, deveremos dar mais atenção aos indicadores do crescimento urbano e suas projeções ou aos indicadores do desenvolvimento urbano e suas repercussões?

A título de exemplo, Malizia (1986), objetivando atingir o interesse das pequenas cidades e das áreas rurais norte-americanas, mostra bem esta diferenciação com ênfase no nível de formulação de estratégias. As de crescimento urbano, por exemplo,

poderiam, com base na lógica da teoria da base de exportação, favorecer a expansão do setor industrial. Isto orientaria a realização de diagnóstico sobre os recursos da área e os tipos potenciais de indústrias que nela poderiam se instalar. As repercussões no nível de emprego seriam importantes, bem como na infra-estrutura e serviços. Isto poderia estar associado a uma política de substituição de importações. Um exemplo bem sucedido desta opção é o que efetivamente ocorreu nas áreas não-metropolitanas do Programa da Tennessee Valley Authority - TVA. Outra estratégia seria a de atrair empresas do setor terciário, o que já é mais difícil em função das limitações do mercado das cidades pequenas e áreas rurais. A solução tem sido atrair firmas de distribuição de produtos para mercados maiores como, por exemplo, as de venda por catálogo, etc. Na área rural, a estratégia do crescimento deveria avaliar o potencial dos recursos naturais tentando melhor utilizá-los.

As estratégias de desenvolvimento urbano proposta por Malizia são diferentes. No setor industrial, por exemplo, há um esforço em selecionar os projetos no sentido de atrair os que apresentam maior potencial do crescimento competitivo: *"Substituição de importações ou promoção de exportações não favorecem o desenvolvimento quando a produção local substitui a produção de outros lugares. Para ser desenvolvimentista, estas estratégias precisam resultar em melhorias significativas na produtividade ou estar ligadas aos novos produtos desenvolvidos que criam novos mercados até então inexistentes"*³. O papel da mudança no perfil industrial é, portanto, fundamental no dinamismo da economia urbano-regional.

No caso brasileiro, estas questões de crescimento urbano *versus* desenvolvimento urbano são também extremamente importantes colocando vários problemas para debate. O primeiro deles e o mais geral de todos, é o da relação do urbano, ou seja, em termos mais amplos, do espacial com as demais categorias que envolvem o amplo espectro do desenvolvimento/crescimento (a categoria econômica, a social e a político-institucional). A categoria espacial expressa formalmente as demais categorias, com as quais interage intensamente, mas parece que nesta integração é a que menor atenção tem recebido. Há, portanto, uma imensa tarefa a desenvolver que é a de demonstrar a relevância da categoria espacial colocando-a no mesmo nível das demais, e isto não por corporativismo dos "espaçólogos", mas sim pelo reconhecimento de sua importância na busca de padrões mais efe-

cientes e justos. Devemos todos efetivamente reconhecer, como o fez recentemente Milton Santos, grande defensor da valorização do espaço, que *"das relações territoriais depende cada vez mais a orientação e a eficácia das demais relações sociais"* 4.

Como isto, emerge uma questão teórico-conceitual e aplicada que é a da efetiva adequação da organização espacial às necessidades do desenvolvimento econômico-social. Como valorizar a categoria espacial nos modelos de crescimento/desenvolvimento adotados explícita ou implicitamente no país? Assim, em termos mais específicos, tem havido entre nós uma grande atenção nas últimas décadas para a maximização do crescimento econômico nacional através da expansão concentrada no setor industrial, o que resultou em um rápido processo de metropolização e na configuração de enormes desequilíbrios regionais, dos mais altos do mundo. É possível romper esta busca desenfreada da eficiência econômica introduzindo outras questões como a da equidade sócio-espacial? A propósito, o Brasil com o crescimento das últimas décadas já atingiu hoje a posição de 8º PIB mundial, com uma renda per capita de US\$ 1.800, mas seus indicadores sociais são quase todos inferiores aos de Sri Lanka com uma renda per capita de US\$ 350! 5 Como alterar esta nossa realidade?

O segundo conjunto de problemas para discussão decorre deste primeiro, no sentido de se buscar conceitos de crescimento urbano e de desenvolvimento urbano adequados às nossas realidades regionais e locais. Talvez, para se analisar isto, fosse possível partir do seguinte pressuposto: supondo que a categoria espacial seja realmente valorizada pelas demais instâncias, o que propor então como modelo de análise e de intervenção visando atingir, em nossa realidade, padrões mais eficientes e justos de desenvolvimento urbano? Em outras palavras, a segunda e difícil missão dos "espaçólogos" seria a de propor mudanças substanciais, a médio prazo, para a construção de uma organização espacial mais eficiente e justa, mudanças estas associadas às de caráter econômico, social e político-institucional.

2. CRESCIMENTO/DESENVOLVIMENTO URBANO E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO

São tradicionais, na Geografia, as análises das relações entre a cidade e a região; em outras palavras, entre a formação de uma rede de cidades e a organização regional. A este respeito,

Claval, expressando uma opinião generalizada, afirmou: "*As cidades exercem um papel essencial na organização de espaço... O estudo das redes urbanas é uma das peças mestras da Geografia moderna. Ela faz compreender como os homens chegam a triunfar sobre o obstáculo que o espaço cria à troca de informações, ela revela os fluxos e as relações múltiplas que estruturam as regiões e as nações, ela demonstra as engrenagens essenciais da máquina econômica e revela o peso dos mitos e os símbolos na vida coletiva*"⁸

Para chegar a estas constatações foram pioneiras as contribuições de Ratzel, Hettner e Vidal de La Blache, sendo que este último, mesmo tendo gerado sobretudo uma Geografia Regional com base no estudo das paisagens, propôs, já em 1910, uma divisão regional da França em 17 regiões geográficas concebidas como espaços organizados pelas grandes cidades. Ele dizia que as cidades e as estradas criam a região.

O avanço das preocupações nesta área do conhecimento, coincidindo significativamente com o incremento da urbanização, permitiu que o conceito da região funcional urbana fosse definitivamente incorporado à Geografia. Esta região, que corresponde a um espaço delimitado pelo conjunto das relações dirigidas pelas cidades, com destaque para aquelas coordenadas pelo centro mais importante, ganhou um considerável *status* teórico-aplicado com os estudos de Christaller e Lösch, dentre outros. Um pouco mais tarde, Dickinson sistematizou o conhecimento das relações cidade *versus* região de forma definitiva. Para ele, inclusive, a região política ideal é aquela que possui maior número de interesses comuns, e o núcleo desta organização é a cidade, a força unificadora mais importante das atividades e dos interesses do território que a rodeia.

Pouco a pouco, o conceito de região funcional urbana passou a prevalecer, em muitos aspectos, sobre o conceito oposto de região homogênea, definida, por sua vez, com base em critérios de semelhança de ordem física, econômica e cultural, tomados isoladamente ou em conjunto.

Os estudos de regionalização foram extremamente estimulados por diferentes enfoques. As atividades urbanas passaram a ser compreendidas como fundamentais no processo de organização do espaço. Assim, foram desenvolvidas proposições sobre redes urbanas, centralidade urbana, armadura urbana, regiões polariza-

das, regiões funcionais urbanas, sistemas urbano-regionais, etc., em que a tônica principal era o papel das cidades na estruturação do espaço regional, ou seja, a região sendo tomada com base na interação, analisada de múltiplas formas, entre um centro e uma hinterlândia que a envolve.

A cidade passou a ser entendida, portanto, como uma localidade centro de região, e, neste sentido, foi possível defini-la como um sistema dentro de um sistema de cidades, como especificamente o fez Berry (1964). A partir daí, foi fácil entender a região como um sistema integrado de cidades dentro de um sistema de regiões inter-relacionadas a partir das cidades. Com isto, proliferaram em todo o mundo estudos sobre hierarquia urbana, áreas de influência das cidades, relações cidade-campo, relações cidade-cidade, relações cidade-região, níveis de especialização urbana, mecanismos de difusão através do sistema urbano, metropolização e regionalização, etc. Só os estudos feitos com base na teoria das localidades centrais somaram mais de 2.000 títulos até 1977!.

Na área do planejamento, o conceito de organização do espaço a partir de um sistema de cidades foi e é de grande importância, a tal ponto que o planejamento a nível espacial passou pouco a pouco a ser sinônimo de planejamento urbano-regional. Isto se transformou em uma realidade sobretudo a partir de 1945 na Europa, nos Estados Unidos e, mais recentemente, nos países do Terceiro Mundo, incluindo o Brasil.

Esta associação, coincidindo com o incremento generalizado do processo de urbanização, permitiu combinar efetivamente o planejamento da expansão das cidades em um contexto local, regional e nacional, conforme pode ser visto, dentre outros autores, em Hall (1974), analisando historicamente exemplos europeus e americanos, e em Loeb (1970), Barros (1970), Haddad et alii (1972), Barat et alii (1976), Francisconi e Souza (1976), Oliveira (1977) e Bruna et alii (1983), analisando o caso brasileiro em termos analíticos e normativos.

No Brasil tivemos, pouco a pouco, a passagem de estudos geográficos macrorregionais, em que os aspectos de homogeneidade foram preponderantes, para estudos meso e microrregionais delimitados a partir da influência da cidade. Por outro lado, creio que os estudos de estrutura interna das cidades comparativamente foram reduzidos, enquanto os de organização interurbana cresceram bastante. Em vários Estados da Federação foram fei-

tos, por exemplo, estudos de regionalização administrativa e para o planejamento, atualizados, em geral, a cada mudança de governo. De qualquer maneira, a base para estas delimitações e atividades de planejamento quase sempre foi a divisão em regiões do tipo funcionais urbanas. Um exemplo disto é o que ocorreu na Bahia, onde as preocupações com a regionalização, inclusive associadas ao processo de planejamento, são, em comparação com muitos outros Estados da Federação, bem antigas. Com efeito, o pioneirismo da Bahia em termos de planejamento estadual, no Brasil, manifestado claramente com a criação da Comissão de Planejamento Econômico, em 1955, hoje retomada pelo atual governo, seria mais tarde estendido a problemas de planejamento vistos a nível espacial, como consequência natural das grandes dimensões do território baiano e da sua variedade quanto às características físicas e econômicas. Isto ficou exemplificado com a Lei 2321, de 1966, que dividiu o estado em 21 Regiões Administrativas, com base na influência das cidades tomadas em termos hierárquicos. Em 1973, o estado promove uma nova divisão administrativa em 17 regiões e, em 1983, este número passa a 27. O atual governo tem como meta a realização de estudos para uma nova divisão regional do Estado da Bahia através das seguintes ações:

– *“Considerar, no processo contínuo de planejamento da rede urbana estadual, a identificação precisa das centralidades e polaridades dos sistemas de cidades, as características de capitais regionais, de centros de turismo, de cidades peculiares pela presença de acervos arquitetônicos ou de valor cultural preservável, de cidades ou núcleos de nítido apoio às atividades agrícolas e industriais conscientizando suas populações para a importância do papel das suas cidades;*

– *retomar com a participação da população, os estudos e o planejamento da Região Metropolitana de Salvador no sentido de identificar suas fronteiras atuais, após 13 anos de sua delimitação autoritária, compreendendo as suas verdadeiras funções e interações institucionais, econômicas, sociais e físico-territoriais, tendo em conta o respeito à autonomia municipal e os legítimos interesses sociais e aspirações da sua população”⁸.*

A implantação das Regiões Metropolitanas no país, na década de 70, é também um exemplo de regionalização com base

no crescimento alcançado por determinados centros e em seu papel de coordenação. Portanto, no caso brasileiro, procurou-se, através da regionalização urbana, implantar uma quinta instância espacial – a mesorregional –, que se agregaria nas relações políticas, sociais e econômicas às instâncias municipais, estaduais, macrorregionais e à do país como um todo. Neste sentido, o papel do crescimento urbano das últimas décadas foi fundamental.

Entretanto, da mesma forma que a categoria espacial, como vimos, não conseguiu se valorizar como as categorias econômica, social e político-institucional, sobretudo como a primeira, a instância urbano-regional, a nível de mesorregiões, não conseguiu também se valorizar. Certamente, há aí um mecanismo de causa e efeito, ou seja, como a categoria espacial não adquiriu a devida importância, a instância regional viu-se também enfraquecida. Com isto, a contribuição em termos de desenvolvimento que poderia advir do processo conjunto de urbanização-regionalização – organização do espaço, salvo algumas exceções – deixou de ocorrer. Em outras palavras, o processo de crescimento urbano refletiu perfeitamente o processo de crescimento econômico quanto aos aspectos da organização do espaço a nível local, regional e nacional, contribuindo para a maximização da acumulação e concentração.

A nível de planejamento, esta situação fica patente na clássica oposição entre o planejamento global e setorial e o regional. Não obstante os numerosos planos, programas e projetos de planejamento regional, as atividades globais e setoriais, ou seja, "espaciais", é que têm prevalecido na prática, embora todas elas tenham repercussão espacial.

Uma avaliação crítica de Duarte se adapta bem a esta perspectiva: "*O Estado no seu papel para a manutenção da reprodução do sistema age sobre o espaço total, abolindo as reivindicações regionais. Utiliza ideologia para **dissolver** regiões. Seus instrumentos de dominação ou ideológicos podem ser expressos de diferentes maneiras. Alguns, à primeira vista, são estabelecidos para implementar o desenvolvimento sócio-econômico como a **ação regional** e o **planejamento regional**. Outros, como integração nacional servem à interiorização do capital*"⁹.

3. PERSPECTIVAS A MÉDIO PRAZO

Apesar das considerações já feitas sobre a fragilidade relativa da análise espacial e, conseqüentemente, do planejamento

regional, é preciso reconhecer na prática a efetiva integração entre os processos de crescimento urbano e organização do espaço geográfico em vários níveis.

Em escala mundial, isto tomou-se evidente, dentre outros aspectos, com o interesse pelos problemas das chamadas cidades mundiais. Efetivamente, com o intenso processo de crescimento urbano em determinadas áreas do globo, acompanhado pela internacionalização das relações econômicas, sociais, políticas e culturais favorecida pelos meios modernos de transporte e comunicação, cresceram os estudos das cidades mundiais. O papel destas grandes cidades passou então a ser visto em uma escala mundial e não mais regional e nacional. Neste sentido, pode-se falar agora que o crescimento urbano tem uma forte relação com a organização do espaço geográfico em escala mundial. Já existem até organizações internacionais integrando as principais metrópoles mundiais, e que se reúnem periodicamente para a análise de temas de interesse geral como, por exemplo, a Associação Mundial de Grandes Metrópoles, com sede em Paris, cujo último encontro foi em maio de 1987, na Cidade do México. Também as organizações internacionais promovem encontros desta natureza. Um destes foi organizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em maio de 1986, em Barcelona, com o título *Conferência Internacional sobre População e Futuro Urbano*, com a participação, dentre outras pessoas, de prefeitos de metrópoles com mais de 4 milhões de habitantes espalhadas por 47 países. Talvez este tamanho urbano seja o limite mínimo que se poderia adotar para a definição das **cidades mundiais**. A tônica do crescimento destas grandes aglomerações e suas repercussões econômico-sociais é sempre uma presença nestes encontros. No de Barcelona, por exemplo, foi anunciado, pela ONU, que a Cidade do México deverá ter no ano 2000, 26,3 milhões de habitantes, São Paulo, 24 milhões (hoje 16 milhões) e o Rio de Janeiro deverá passar de 10,4 para 13,3 milhões. A grande aglomeração de Tóquio, já tem 34 milhões de habitantes!

A propósito desta nova realidade, Sachar (1983) afirmou que agora a ordem internacional corresponde a um sistema controlado por *cidades mundiais*, gerando um novo tipo de região – a região urbanizada de caráter mundial¹⁰.

Com a efetiva mundialização dos fenômenos econômicos, sociais, políticos e culturais passando pelos sistemas de cidades, penso que se pode falar hoje com mais clareza em uma organi-

zação espacial mundial que poderia ser chamada de “ ecumenópole ”, como pioneiramente já o foi por Doxiadis. Ou seja, o mundo seria uma só cidade, no sentido amplo do termo. Passamos, portanto, do estágio das megalópoles para o da “ecumenópole”.

Para uma maior reflexão nas discussões deste encontro, assumimos o pressuposto de que, mesmo sem uma valorização formal da questão espacial, ela realmente é importante já que está inserida nas questões econômicas, sociais e político-institucionais. Neste sentido, uma dada organização espacial é o resultado de um determinado conjunto de relações entre elementos econômicos, sociais e político-institucionais sobre os quais também atua diretamente. Ou seja, a categoria espacial é, ao mesmo tempo, consequência e causa de um vasto espectro de relações “a-espaciais”. Cabe a nós avaliar se os resultados são eficientes e justos. Santos fala, a este respeito em *“mundialização perversa e perversão das ciências”*. *“Concentração e centralização da economia e do poder político, cultura de massa, “cientificização” da burocracia, centralização agravada das decisões e da informação, tudo isso forma a base de um acirramento das desigualdades sociais, assim como da opressão e da desintegração do indivíduo”*¹¹. E, mais adiante afirma que *“os excessos de especialização e a perda de ambição da universalidade são dois aspectos de uma mesma questão e permitem a utilização perversa das ciências sociais”*¹². Creio que o exemplo brasileiro também confirma, a nível nacional, as afirmações acima no sentido de que, com o dinâmico processo de crescimento urbano, o espaço brasileiro foi integrado, passando a se organizar em função do conjunto das relações nacionais e internacionais.

Torna-se, portanto, necessário analisar em profundidade a dinâmica em relação crescimento urbano e organização espacial na perspectiva de mudanças estruturais a médio prazo, ou seja, basicamente até o ano 2000. Como se colocam agora as questões locais, microrregionais e mesorregionais diante deste novo e dinâmico quadro urbano local, nacional e internacional? Como realizar de forma integrada análises ampliando e reduzindo a escala dos fenômenos, ou seja, colocando ao mesmo tempo um detalhamento das questões locais no conjunto de formas de abordagem generalizadora? E como correlacionar tudo isto com os mecanismos de intervenção, de mudança, visando a implantação a médio prazo de verdadeiros instrumentos de desenvolvimento?

O crescimento urbano alterou, portanto, profundamente a organização do espaço geográfico como um todo, no sentido de integrá-lo em diferentes escalas e sob diferentes níveis de intensidade. O sistema espacial mundial é hoje a soma e as relações dos sistemas urbanos e isto, a médio prazo, deverá se intensificar cada vez mais, repercutindo em todas as esferas da atividade humana. Neste sentido, a clássica separação da cidade e campo, tão acentuada, por exemplo, por Marx, deixa de existir, colocando agora as contradições nos sistemas urbanos em escala mundial.

Concluindo, as perspectivas a médio prazo são um enorme desafio para todos nós à medida que o novo quadro mundial vem se formando sob a ótica das injustiças sócio-espaciais, afetando todos os níveis da existência humana. Muito poderia se falar sobre o agravamento desta situação nos últimos anos também expressas pelas dramáticas projeções feitas por renomados institutos e pesquisadores, inclusive no Brasil¹³. Mas, dialeticamente, este processo tem gerado forças que podem atuar contra ele próprio, mudando profundamente esta realidade.

Geograficamente, estas forças, em termos de destaque, residem na própria forma espacial assumida pela humanidade em nossos dias, a de uma só cidade, a de um só mundo. E a cidade não é sobretudo o lugar da agregação, do encontro, do movimento, da integração, do debate, da luta? Não é esta a lógica que preside a existência das cidades?¹⁴ Historicamente, a cidade já demonstrou, simbolicamente e na prática, em diferentes momentos e situações, sua capacidade de, ao aglomerar forças antagônicas, colocar em relevo todas as formas de injustiças e, conseqüentemente, todas as possibilidades de mudança visando acabar com a segregação, com os *ghettos*, com as favelas, com a desigualdade e com a repressão. Especialmente, temos também agora a possibilidade de elaborar concretamente aquilo que os pioneiros da Geografia acadêmica tentaram construir – e que compreensivelmente não o conseguiram na primeira metade do século XIX: uma efetiva Geografia universal em que o local será universal e que o universal estará no local.

Devemos todos ajudar sistematicamente a construir este novo espaço, esta nova cidade, como o lugar da justiça e do belo, como o mundo dos cidadãos libertos de todas as formas de opressão, como o espaço da felicidade humana. Esta questão é, portanto, uma questão política que interessa a toda sociedade.

NOTAS

- (1) Conferência pronunciada no Encontro Nacional de Estudos sobre Crescimento Urbano, Recife, Fundação Joaquim Nabuco, Departamento de Ciências Geográficas do Instituto de Pesquisas Sociais, 5 a 9/10/87.
- (2) Hermansen, p. 6-7
- (3) Malizia, p. 497
- (4) Santos, Um reordenamento global para..., p. A-4
- (5) Ver, a respeito, os informes sobre o Desenvolvimento Mundial, publicados anualmente pelo Banco Mundial.
- (6) Claval, p. 37
- (7) Cf. Beavon
- (8) Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), p.26
- (9) Duarte, p.26. Os grifos são do autor citado.
- (10) Cf. Sachar. Ver também Decker
- (11) Santos, A geografia e a nova..., p.14
- (12) Ibid., p.15
- (13) Cf. Juguaribe et alii
- (14) Cf. Claval

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARAT, J. et alii. *Política de desenvolvimento urbano: aspectos metropolitanos e locais*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1976.
- BARROS, R.M. de. A experiência regional de planejamento. In: LAFER, B.M. *Planejamento no Brasil*. São Paulo, Perspectiva, 1970. p. 111-37.
- BEAVON, K.S.O. *Central Place Theory, a reinterpretation*. New York, Longman, 1977.
- BECKER, B. The crisis of the state and the region: regional planning questioned. *Environment and planning D: Society and Space*, 3: 141-53, 1985.
- BERRY, B.J.L. City as systems within systems of cities. *Papers of the Regional Science Association*, (13): 157-63, 1964.
- BRUNA, G.C. et alii. *Questões de organização do espaço regional*. São Paulo, Nobel, Ed. da Universidade de São Paulo, 1983.
- CLAVAL, P. *La logique des villes*. Paris, Librairies Techniques, 1981.
- DICKINSON, R.E. *City, region and regionalism*. London, Kegan Paul, Trench, Trubner & Co., 1952.
- DUARTE, A.C. Regionalização – considerações metodológicas. *Bol. Geog. Teórica*. Rio Claro, 10 (20):5-32, 1980.
- FRANCISCONI, J.J. & SOUZA, M.A.A. de. *Política nacional de desenvolvimento urbano – estudos e proposições alternativas*. Brasília, IPEA/IPLAN, 1976.
- HADDAD, P.R. et alii. *Planejamento regional: métodos e aplicação ao caso brasileiro*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1972.
- HALL, P. *Urban and regional planning*. Harmondsworth, Penguin Books, 1975.

- HERMANSEN, T. Development poles and development centre in national and regional development; elements of a theoretical framework. In: KUKLINSKI, A.R., ed. *Growth poles and growth centres in regional planning*. Paris, Mouton, 1972. p. 1-67.
- JAGUARIBE, H. et alii. *Brasil 2000: para um novo pacto social*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- LOEB, R. Aspectos do planejamento territorial urbano do Brasil. In: LAFER, B.M. *Planejamento no Brasil*. São Paulo, Perspectiva, 1970. p. 139-60.
- MALIZIA, E.E. Economic development in smaller cities and rural areas. *The Journal of the American Planning Association*, 489-99, Autumn, 1986.
- OLIVEIRA, F. de. *Elegia para uma re(li)gião*. 3. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO(BA). *Proposta de um governo democrático para mudar a Bahia*. Salvador, s.d.
- SANTOS, M. A geografia e a nova dimensão do planeta. *Rev.Bras.Tecnol.* Brasília, 15 (5): 13-21, set/out, 1984.
- Um reordenamento global para o Brasil. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 20.jun. 1987.c.A,p.3.
- SACHAR, A. The world city and its articulation to the global economic system. In: BECKER, B.; COSTA, R.; SILVEIRA, C.; eds. *Political approaches to spatiality*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1983. p. 75-97.